

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1360888 - PR
(2018/0233275-8)**

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **ABEL KONHEVALIKI**
ADVOGADA : **LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123**
AGRAVADO : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE
SEGUROS**
ADVOGADOS : **ROSÂNGELA DIAS GUERREIRO - RJ048812**
MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572
CESAR AUGUSTO DE FRANÇA - PR027691
CARLA PINTO DA COSTA E OUTRO(S) - RS061655
PAULO ANTONIO MULLER - PR067090
AGRAVADO : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADOS : **VERA LUCIA BICCA ANDUJAR - RS016912**
CLAUDIA LORENA CARRARO - PR016137
INTERES. : **COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ**
ADVOGADO : **PRISCILA FERREIRA BLANC - PR016667**

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA. MATÉRIA SUBMETIDA À SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. DECISÃO SINGULAR QUE, RECONSIDERANDO DELIBERAÇÃO ANTERIOR, DETERMINA A DEVOLUÇÃO DE AUTOS À ORIGEM. DESPACHO. CPC/2015. MEIO DE IMPUGNAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DOS AUTORES.

1. É firme no âmbito desta Corte o entendimento de que é irrecorrível a decisão que determina a devolução dos autos ao Tribunal de origem para a fixação de tese jurídica pelo Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, porquanto não ostenta caráter decisório. Precedentes.

2. De acordo com o CPC/15, a parte deve demonstrar, no caso concreto, a distinção entre o tema trazido em seu especial e a tese jurídica com repercussão geral pendente de julgamento no STF, por meio de requerimento previsto no art. 1.037, § 9º, de modo que o agravo interno é cabível da decisão que resolver esse requerimento (art. 1.037, § 13).

3. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Relator